



Paulo Octávio sugere pena maior para grilagem urbana

Página 5

## Guerrilha tenta atrair índios, diz arcebispo

Página 6

Aelton propõe e comissão aprova homenagem a Santos Dumont

Página 6



# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.727 - Brasília, sexta-feira, 27 de junho de 2003

## Nova LDO proíbe retenção de verbas para saúde e educação

### DOENTES MENTAIS

#### Especialistas defendem novo modelo de tratamento

O sistema de tratamento comunitário dos portadores de distúrbios mentais foi defendido ontem por especialistas que participaram de audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais. Senadores condenaram os manicômios e pediram mais recursos para a saúde mental.

Página 7



NEGOCIAÇÃO Mercadante conversa com parlamentares e elogia esforço na votação do projeto da LDO

Gerardo Magela

Congresso Nacional altera projeto do Executivo e preserva recursos de setores previstos nas emendas

O governo não poderá reter, no ano que vem, recursos do Orçamento para saúde, educação, assistência social, ciência e tecnologia e custeio das Forças Armadas. A imposição está prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2004. Aprovada ontem pelo Congresso, a nova LDO vai orientar a elaboração do primeiro Orçamento no atual governo.

Página 3

### HOMENAGEM

#### Próximo ano será dedicado a Cândido Portinari

Projeto que celebra, em 2004, o Ano Nacional Cândido Portinari foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. O centenário de nascimento do pintor está sendo comemorado este ano.

Página 4

### ORDEM DO DIA

#### Senado termina semestre com a pauta em dia

O Senado aprovou ontem diversos projetos, como o que concede pensão especial ao filho de Lyda Monteiro da Silva, vítima de atentado a bomba por motivações políticas na década de 80. Ao final das votações, o presidente do Senado, José Sarney, anunciou que a Casa encerra os trabalhos deste semestre com a pauta em dia, podendo dedicar-se, agora, às matérias da convocação extraordinária.

Páginas 4 e 5



SEM OBSTRUÇÃO Sarney diz que Senado votou todas as matérias que estavam retidas pelas MPs

Roosevelt Pinheiro



**SOLUÇÃO** Heráclito cobra desfecho urgente para questão dos terrenos de marinha

## Heráclito critica retorno de emenda à CCJ

A questão da extinção dos terrenos de marinha e seus acrescidos, proposta pela emenda à Constituição do então senador Paulo Hartung, foi analisada ontem pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI), que assinalou a relevância da matéria e lamentou seu reexame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a pedido do líder do governo, Aloizio Mercadante.

– A atitude demonstra intenção de procrastinar decisão sobre tema regulamentado há quase dois séculos e que, desde então, vem clamando por um tratamento que reflita as mudanças dos tempos.

Segundo Heráclito, a questão interessa aos proprietários de imóveis em terreno de marinha, que pagam taxas anuais à União, mas não têm direito a uma escritura, e aos municípios, que têm despesas sem direito a parte da arrecadação.

Os senadores Almeida Lima (PDT-SE) e Alberto Silva (PMDB-PI) endossaram as preocupações de Heráclito.

# Agenda



## CPI do Banestado se reúne na terça

Após a ordem do dia de terça-feira, a CPI do Banestado realiza sua segunda reunião para discutir a agenda dos trabalhos durante o período da convocação extraordinária do Congresso. A comissão de inquérito do Congresso, criada para apurar as responsabilidades sobre evasão de divisas do Brasil por meio das contas CC-5, elegeu, na última quarta-feira, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) como presidente da comissão.

## Pesquisadores falam sobre exploração sexual de menores

A comissão parlamentar de inquérito instalada para investigar a exploração sexual infantil no país tem reunião marcada para a próxima quarta-feira, às 11h, para ouvir os médicos Maria Lúcia Leal,

Wanderlino Nogueira, Estela Escandula e Rosário de Maia Ferreira, coordenadores da pesquisa sobre tráfico de mulheres e exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

## TV exhibe entrevista com peritos no combate às drogas

A TV Senado exhibe hoje, às 13h, entrevista com os peritos da Polícia Federal Marcos Camargo e Rogério Mesquita

sobre a identificação de drogas; às 19h30, o senador Amir Lando (PMDB-RO) conversa com o ator cubano Sérgio Corrieri sobre as

relações Brasil e Cuba; às 20h30, Israel Bayma, diretor de Engenharia da Eletronorte, fala sobre a Rede Floresta de Inclusão.

## Plenário homenageará Maçonaria, Dinarte Mariz e Allende

Os senadores aprovaram requerimentos para realização de homenagens. No dia 20 de agosto haverá sessão de homenagem à Maçonaria pelo transcurso do Dia do Maçom. No dia 22 de agosto, em sessão solene

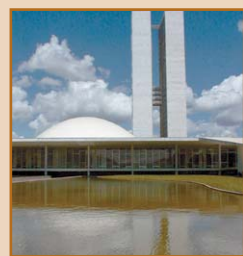


especial, será lembrado o centenário de nascimento do senador Dinarte Mariz (foto). E, no dia 11 de setembro, a sessão do Senado irá homenagear a memória do ex-presidente do Chile Salvador Allende.

## Visite o Senado também no fim de semana

O projeto Visite o Senado é realizado inclusive aos sábados, domingos e feriados, oferecendo à população a assistência de guias especializados. Na visita, que dura em torno de 40 minutos, é possível conhecer toda a

Casa, inclusive o Plenário. As saídas dos grupos de visitantes, no Salão Negro, ocorrem nos seguintes horários: dias úteis – 9h30, 10h30, 11h30, 14h30, 15h30, 16h30; sábados, domingos e feriados – 10h, 11h, 12h, 13h e 14h.



## Sessão não terá votações

As sessões de hoje, com início às 9h, e de segunda-feira, às 14h30, são dedicadas a comunicados da Mesa e a pronunciamentos de parlamentares. Na terça-feira, tem início a convocação extraordinária do Congresso Nacional. A pauta dos trabalhos deve ser definida na segunda-feira.

## Cultura ao Meio-Dia

*Carga Explosiva* é o filme que vai ser exibido hoje, às 12h, pelo projeto Cultura ao Meio-Dia, no Auditório Petrônio Portella, com entrada franca. No elenco da produção norte-americana de ação, estão os atores Jason Statham, Qi Shu, Matt Schulze e Ric Young. A direção é de Cory Yuen.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**



**CARÊNCIA** Segundo Renan, relatório da ONU traça “futuro sombrio para a Humanidade”

## Renan alerta para risco da falta de água

A democratização e o uso racional da água em todo o país não podem ficar de fora da agenda do Congresso Nacional, ainda na atual legislatura. A afirmação foi feita ontem pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), citando estudos da Organização das Nações Unidas (ONU) e do World Wildlife Fund (WWF), que alertam para a possibilidade de um “futuro sombrio para a Humanidade” caso não se encontrem soluções para a escassez e a falta de água.

– O relatório da ONU enumera que 18 das 20 maiores cidades do mundo, todas em países pobres, já convivem com uma demanda maior do que a oferta de água. Entre as cidades citadas estão Rio de Janeiro e São Paulo – assinalou.

O senador Renan Calheiros lembrou que apenas 1% da água de todo o planeta está disponível para o homem e aos outros seres vivos, sob a forma de lagos e rios. Desse percentual, frisou, 12% estão no Brasil, sendo que 88% dessas águas estão disponíveis na região amazônica. O Nordeste, com mais de 40 milhões de habitantes, conta com apenas 4% das águas disponíveis no Brasil, acrescentou.

– Os ecologistas prevêem um quadro de caos social, para daqui a alguns anos, caso medidas urgentes não sejam adotadas no sentido de conservarmos os recursos hídricos no planeta: rios virarão esgotos e lagos se tornarão fossas. Seres humanos beberão água contaminada, o mar será tomado pela poluição, peixes morrerão envenenados por metais pesados e a vida silvestre será destruída – concluiu o senador.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF  
CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellina  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Congresso faz acordo e aprova LDO para 2004

**Mudanças foram acertadas entre o relator, o governo e os líderes partidários**

O Congresso Nacional aprovou ontem à tarde o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2004, que vai orientar a elaboração do primeiro orçamento a ser feito pelo governo Lula – o atual foi elaborado pela equipe do presidente Fernando Henrique Cardoso. Os deputados e senadores fizeram dezenas de mudanças no projeto, entre elas uma que proíbe o governo de contingenciar no ano que vem verbas destinadas às áreas de saúde, educação, assistência social, ciência e tecnologia e custeio das Forças Armadas.

Essa proibição foi negociada exaustivamente

Os números da LDO			
	2004	2005	2006
Crescimento do PIB ao ano	3,5%	4,0%	4,5%
Taxa nominal de juros ao ano	14,88%	12,25%	10,88%
Dólar no final do ano	R\$ 3,56	R\$ 3,70	R\$ 3,84
Dívida líquida em relação ao PIB	55,07%	53,69%	51,43%
Receitas não-financeiras *	415.763,8	454.390,1	494.381,3
Superávit primário do governo federal (sobra em caixa antes do pagamento de juros)*	55.730,0	60.907,6	66.268,1

\* em R\$ milhões

entre o relator da LDO, deputado Paulo Bernardo (PT-PR), o governo e líderes dos partidos de oposição. Para que o projeto fosse votado ontem, o governo aceitou, nas últimas horas, incluir entre as proibições de contingenciamento a área de ciência e tecnologia.

O Congresso também incluiu na LDO a exigência de que 30% da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) cobra-

da sobre os combustíveis sejam destinados ao setor de transportes. Com isso, o setor terá em 2004 no mínimo R\$ 3 bilhões.

Outra mudança vai tornar mais transparente o cumprimento da lei orçamentária. Trata-se da divulgação, pela Internet, de como está a execução do orçamento, incluindo projetos menores.

O PFL e o PSDB tentaram colocar na LDO uma previsão de que o salário mínimo teria aumentos

reais de 25% a cada ano, por quatro anos – com isso, seu valor duplicaria, como prometeu o presidente Lula. Mas o governo recusou a iniciativa e derrubou, na votação, emenda com essa finalidade. O relator ponderou que o governo mantém sua intenção, mas quer dar os aumentos quando a economia tiver condições de absorvê-los.

O Congresso não mexeu nos principais indicadores econômicos do projeto da LDO. Assim, fica mantida a previsão de que a economia terá crescimento de 3,5% no próximo ano. A taxa nominal de juros (incluindo inflação) ficará na média de 14,88% – contra a atual taxa de 26%. O governo ainda prevê, conforme o texto, que o dólar estará sendo negociado no final de dezembro de 2004 a R\$ 3,56 – valor 22% acima da atual cotação.



**NEGOCIAÇÃO** Governo aceitou várias mudanças no texto para que o projeto da LDO fosse votado ontem

## SERYS



### Execução do Orçamento deve ser transparente

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) reivindicou mais transparência na execução do Orçamento da União. Para ela, não é possível aceitar que o governo contingencie verbas sociais ou destinadas a ciência e tecnologia.

Serys observou que as universidades públicas estão sucateadas, comprometendo o projeto de desenvolvimento que deveriam liderar. Ela entende que recursos públicos não devem ser destinados às universidades privadas, que agem segundo interesses específicos.

## AMIR LANDO

### Projeto mostra compromisso com a ética

O líder do governo no Congresso, Amir Lando (PMDB-RO), apontou como principais inovações do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias a transparência, o compromisso com a ética e a possibilidade de a sociedade fiscalizar a execução orçamentária pela Internet. “Quem age corretamente não tem medo de fiscalização”, comentou.

Lando também destacou a proibição de contingenciar verbas destinadas a algumas áreas, como educação e ações do programa Fome Zero.



## JOSÉ AGRIPINO



### Governo não previu aumento real do mínimo

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), defendeu a inclusão, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de emenda do deputado Júlio César (PFL-PI) que previa dotação para aumento real do salário mínimo. Agripino assinalou que o presidente Lula se comprometeu a dobrar o valor do mínimo em quatro anos.

– Isso significa aumento de 25% a cada ano – frisou, lembrando que no texto original não está previsto “um único centavo” com esse objetivo. A emenda foi rejeitada.

## ANTONIO CARLOS

### Lula deveria iniciar este ano melhoria salarial

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que a fixação do salário mínimo em R\$ 240 “macula” o Congresso. Ele disse considerar a quantia “ridícula”.

– Se não é possível dar US\$ 100, que se dê pelo menos R\$ 260 – sugeriu.

Ao comentar o compromisso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de duplicar o salário mínimo até o final de seu governo, o senador sustentou que é preciso “começar a fazê-lo este ano, senão não vai fazer em ano nenhum”.



## MERCADANTE



### Parlamentares demonstram espírito público

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), elogiou a agilidade da Mesa do Congresso na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o trabalho “dinâmico e minucioso” do relator, deputado Paulo Bernardo (PT-PR).

Segundo Mercadante, os congressistas mostraram espírito público e capacidade de negociação ao aprovar um projeto que servirá como instrumento para ajudar a retomada do crescimento e a geração de empregos.

## LUIZ OTÁVIO

### Ampliação do serviço militar ajudaria jovem

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) apoiou idéia veiculada pela coluna da jornalista Tereza Cruvinel, no jornal *O Globo*, de ampliação do serviço militar como forma de diminuir os índices de desemprego e violência entre os jovens.

O senador destacou a importância dessa idéia durante a sessão do Congresso que votou a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Segundo Luiz Otávio, essa ampliação poderia assegurar formação profissional a jovens que não têm acesso a ela.





Roosevelt Pinheiro

## Mais uma ponte unirá Brasil ao Uruguai

Foi aprovado ontem pelo Senado projeto de decreto legislativo celebrando acordo entre o Brasil e o Uruguai para a construção de uma segunda ponte sobre o Rio Jaguarão, nas proximidades das cidades de Rio Branco, no Uruguai, e Jaguarão, no Brasil. O acordo prevê ainda a recuperação da atual Ponte Interna-

cional Mauá, ligando as duas cidades, para adequá-la melhor ao tráfego internacional de passageiros e de carga.

O relator do projeto, senador Pedro Simon (PMDB-RS), manifestou-se satisfeito com a recuperação da Ponte Internacional Mauá – de reconhecido valor histórico e arquitetônico – e com a construção

de uma segunda ponte ligando o Brasil ao Uruguai que terá impacto econômico positivo para o Rio Grande do Sul e para todo o Brasil.

Simon observou que o reforço da ligação rodoviária entre Brasil e Uruguai servirá para incrementar o fluxo comercial e integrar os dois países, fortalecendo o Mercosul, objetivo prioritário de ambos os países.

**INTEGRAÇÃO** Simon prevê impacto positivo para o Rio Grande do Sul e todo o Brasil

## Condenada à morte recebe solidariedade

O Senado encaminhará voto de solidariedade para a causa da comutação da pena da nigeriana Amina Lawal, condenada à morte por apedrejamento pelo Tribunal Islâmico de Funtua, na Nigéria, em virtude de ter dado à luz uma criança fora do casamento. Autor do requerimento sugerindo a manifestação da Casa, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) disse que o Brasil, por seus poderes constituídos, não pode ficar indiferente a essa violação dos direitos humanos.

Também foi aprovado o envio de voto de louvor pela canonização de madre Maria de Mattias, fundadora da Congregação das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo. Segundo o autor do requerimento, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), madre Maria de Mattias foi responsável por várias obras educacionais e beneficentes no Amazonas. A religiosa foi canonizada recentemente. O voto de louvor será enviado à ordem fundada pela madre e à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

De acordo com outro requerimento aprovado, de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), o Senado designará comissão para o 13º Congresso Mundial de Criminologia, entre 10 e 15 de agosto, no Rio de Janeiro.



Célio Azevedo

**MANIFESTAÇÃO** Para Saturnino, Brasil não pode ficar indiferente à violação de direitos humanos

## Iniciativa visa comemorar o centenário de nascimento do artista plástico

O Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara que institui o ano de 2004 como o Ano Nacional Cândido Portinari, em comemoração ao centenário de nascimento do artista plástico. De acordo com a proposta, o Ministério da Cultura fica responsável pela coordenação das atividades come-



Dimitriev

**HOMENAGEM** Em quase 5 mil trabalhos, Cândido Portinari retratou tipos brasileiros

morativas, e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) fica autorizada a emitir

selo comemorativo.

A relatora do projeto, senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), explicou em seu parecer que o ano de 2004 foi escolhido porque 2003 – quando de fato se comemora o centenário de nascimento – já está em curso. Em sua justificativa, o autor da proposta, deputado Gastão Vieira (PMDB-MA), lembrou que a obra de Portinari está sendo catalogada e que são quase 5 mil trabalhos retratando camponeses paulistas, retirantes nordestinos, vaqueiros, operários, índios, músicos e vários outros tipos brasileiros, além de motivos religiosos.

## Filho de Lyda Monteiro terá pensão

O Senado aprovou ontem projeto de lei que concede pensão especial a Luiz Felipe Monteiro Dias, filho de Lyda Monteiro da Silva, vítima de atentado a bomba promovido por motivações políticas ocorrido no dia 27 de agosto de 1980, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Rio de Janeiro. A pensão é mensal, vitalícia e tem o valor de R\$ 500, não podendo ser transmi-

tida a herdeiros.

Em seu parecer, o relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), salienta que o projeto trata de matéria essencialmente política e traduz a responsabilidade simbólica do poder público “por atos políticos de grande repercussão ocorridos em passado recente”, provendo um padrão mínimo de subsistência a pes-

soa vitimada por ato de violência criminosa “cuja significação, em termos de desafio às instituições nacionais, nunca foi posta em dúvida”.

Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou que Lyda Monteiro foi vítima de “ato que não honra a história do Brasil”. Ideli Salvatti (PT-SC) disse que essa pensão é “uma reparação mínima” pelo que considerou “uma mancha na história” brasileira.

## Multa para importação irregular

Com emendas, foi aprovado pelo Senado projeto de lei que impõe multa aos importadores que contratarem operações de câmbio ou pagarem em reais e não respeitarem os prazos e demais condições estabelecidas pelo Banco Central. Pelo projeto, que volta ao exame da Câmara, será também multado o importador que não pagar a importação até 180 dias a partir do primeiro dia do mês seguinte ao previsto para pagamento, de acordo com a Declaração de Importação (DI) regis-

trada no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex).

O projeto impõe também multa às importações com DI registrada no Siscomex em data anterior à publicação da lei e com vencimento a partir do 181º dia da data de publicação. A multa foi limitada a 10% do valor equivalente em reais da importação, sendo dispensadas de pagamento as multas inferiores a R\$ 1 mil.

Ficarão livres de multa as mercadorias embarcadas no exterior até 31 de março de

1997; os pagamentos referentes a importações de petróleo e derivados; pagamentos de importações efetuados sob o regime de *drawback*; pagamentos de parcelas de uma mesma importação cujos valores, somados, sejam inferiores a 10% do valor da importação e inferiores a US\$ 10 mil; produtos de consumo alimentar básico importados para compensar crises internas de abastecimento; e importações cujo pagamento seja de responsabilidade da União, estados e municípios.

## Aeroporto de Parnaíba muda nome

O Aeroporto de Parnaíba passará a ser denominado “Aeroporto de Parnaíba – Prefeito Dr. João Silva Filho”, conforme proposta aprovada ontem pelo Senado. O homenageado, já falecido, era médico de profissão e foi prefeito por três vezes do município piauiense de Parnaíba. A homenagem, proposta pelo ex-deputado João Henrique, teve como relator na Comissão de Educação o senador Mão Santa (PMDB-PI), para quem João Silva Filho é “um dos homens mais dignos do Brasil”. Alberto Silva (PMDB-PI), irmão de João Silva, disse estar sensibilizado com a homenagem e lembrou que o ex-prefeito foi um médico preocupado com os pobres. Heráclito Fortes (PFL-PI), Aloizio Mercadante (PT-SP), e o presidente do Senado, José Sarney, uniram-se à homenagem.

## Emendas à Constituição em debate

O Plenário realizou ontem sessões de discussão de três propostas de emenda à Constituição (PECs). Para serem aprovadas, as PECs precisam de cinco sessões de discussão, antes da votação em primeiro turno, e de três, para o segundo turno.

Foi encerrado o primeiro turno de discussão da proposta que inclui a razoabilidade (moderação) entre os princípios que devem nortear os atos na administração pública. A proposta, do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), terá o primeiro turno de votação em data a ser marcada.

Outras duas propostas tiveram mais uma rodada de discussão: a que garante a conclusão de obras públicas com recursos previstos no Orçamento e a que trata das regras para a concessão de funcionamento de emissoras de televisão e rádios comunitárias.

A pauta previa o exame de proposta que obriga a votação, separadamente nas duas Casas do Congresso, dos vetos a projetos aprovados pela Câmara e pelo Senado. No entanto, a PEC somente será discutida em 4 de setembro, devido à aprovação de requerimento de Tião Viana (PT-AC).

# Senado encerra semestre com toda pauta cumprida

■ Anúncio foi feito por Sarney: Plenário votou inclusive as matérias que haviam sido retidas por MPs

Ao final da ordem do dia de ontem, o presidente do Senado, José Sarney, anunciou que a Casa encerra o semestre com todas as matérias que aguardavam deliberação votadas.

– Com o exame das matérias de hoje, retomaremos nossa pauta normal, uma vez que o Senado já votou todas as matérias que foram retidas em face de medida provisória – frisou.

O presidente Lula já anunciou a convocação do Legislativo para trabalhar durante o recesso de julho. Na pauta de votações desse período deverão estar as propostas de reforma tributária e da Previdência, além da reforma do Judiciário.

## CAE examina

José Sarney determinou que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) proceda ao exame de dois requerimentos apresentados ao Plenário ontem pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Reginaldo Duarte (PSDB-CE). Ambos pe-



Roosevelt Pinheiro

**SEM ATRASO** Conforme Sarney, as matérias que aguardavam deliberação foram votadas

dem a suspensão da tramitação de projeto de resolução apresentado pelo senador Osmar Dias (PDT-PR) que fixa em 7% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais com farinha de trigo. Os requerimentos pedem que a matéria seja votada após o recebimento, pelo Senado, da proposta de reforma tributária.

Na justificativa do projeto, o autor argumenta que, com as altas alíquotas de ICMS, a farinha de trigo produzida no Brasil é vendida por um preço superior ao da farinha importada. A proposta recebeu parecer favorável da CAE e da Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania. Em Plenário, Osmar observou ser a terceira vez que o texto consta da ordem do dia, tendo sido remetido duas vezes a reexame na comissão.

A matéria provocou longa discussão. Osmar Dias afirmou que o adiamento segue a linha de raciocínio pela qual se deve “sufocar o setor produtivo com impostos para que o Estado continue arrecadando”. Pedro Simon (PMDB-RS) disse que o secretário da Fazenda de seu estado opinou que a matéria deve ser discutida juntamente com a reforma tributária. Rodolpho Tourinho (PFL-BA) argumentou que a discussão deve ser acompanhada de debate sobre uma política de desenvolvimento regional.

Tião Viana (PT-AC) disse temer que a proposta não assegure ao consumidor uma redução no preço final dos derivados do trigo. Delcídio Amaral (PT-MS) manifestou-se favorável ao adiamento.

O único a se expressar a favor da votação do projeto, além de Osmar Dias, foi o senador Almeida Lima (PDT-SE). Para ele, o projeto beneficia não apenas o agricultor do Paraná, mas todo o Brasil.



Waldemar Rodrigues

**PENA SEVERA** Paulo Octávio (C) anunciou que apresentará projeto para aumentar punição para os loteadores irregulares de terra

## Penas maiores podem ajudar a combater a grilagem de terras

Os senadores do Distrito Federal comprometeram-se ontem a encontrar alternativas para assegurar a regularização fundiária do Distrito Federal e aumentar a punição para o crime de parcelamento ilegal do solo. O senador Paulo Octávio (PFL-DF) informou que em dez dias apresentará projeto de lei tornando mais severas as penas para quem realizar loteamentos irregulares.

Na audiência pública proposta por Paulo Octávio, o promotor de Justiça Alexandre Sales apontou como um dos graves empecilhos para coibir a grilagem de terras no DF a pena prevista nesses casos. Enquanto o emissor de cheque sem fundo está sujeito à pena de dois a seis anos de reclusão, o crime de parcelamento de terras é punido com um a cinco

anos de reclusão. “O parcelamento irregular é tratado como um crime de menor importância”, comparou.

A bancada do DF deve estudar, segundo o senador Eurípedes Camargo (PT-DF), a possibilidade de sensibilizar o presidente da República para a edição de medida provisória que agilize a regularização fundiária do DF, resolvendo a situação de cerca de 500 mil famílias que moram em condomínios irregulares. Outro caminho seria um projeto de lei de iniciativa do Senado.

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) se disse favorável à proposta de Paulo Octávio de encontrar uma solução legal para a venda direta aos ocupantes, a exemplo do que foi feito para a alienação dos imóveis funcionais da União.

## Pernambuco recebe crédito externo e Transpetro pode aumentar dívida

O Senado autorizou o governo do estado de Pernambuco a fazer empréstimo externo junto ao Banco Mundial no valor de US\$ 46 milhões, com garantia do governo federal. O dinheiro vai ser usado no financiamento parcial do Programa de Infra-Estrutura em Áreas de Baixa Renda na Região Metropolitana do Recife. O relator, que deu parecer favorável, foi o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

O senador Marco Maciel (PFL-PE) defendeu o empréstimo e explicou que os beneficiados serão os pernambucanos com menor nível de renda, com execução tripartite: o governo do estado e as prefeituras de Olinda e Recife. Maciel disse que serão urbanizadas 13 áreas da bacia do Rio Beberibe, com obras de infra-estrutura que irão melhorar a vida de 35 mil famílias de baixa renda.



Roosevelt Pinheiro

**FAVORÁVEL** Garibaldi Alves apoiou, em seu relatório, o pedido de Pernambuco

Segundo Maciel, serão construídas casas populares e oferecida educação ambiental para uso e ocupação do solo, além de microcrédito.

## Endividamento

O Senado aprovou projeto de resolução que autoriza a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) a aumentar em R\$

1.389.160.000 seu limite de endividamento de forma temporária, em caráter excepcional e por um prazo maior do que o estabelecido por resolução anterior. O prazo anterior encerrou-se no dia 7 de junho.

A prorrogação do prazo e o novo aumento do limite de endividamento se devem ao fato de que até agora o BNDES não aprovou as operações que serão realizadas com a verba a ser captada, e o valor do câmbio mudou. O relator, Roberto Saturnino (PT-RJ), explicou que o projeto de resolução não significa dívida nova, mas uma transferência de passivo da Petrobras para a Transpetro.

– É importante também ressaltar que a Petrobras, o BNDES, a Eletrobrás, as estatais brasileiras, enfim, retomam o papel de molas propulsoras do desenvolvimento econômico – afirmou Saturnino.

## Organização ibero-americana terá nova sede em Brasília

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovou ontem acordo estabelecendo que Brasília será a sede permanente da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação e a Cultura. A OEI é um organismo internacional de caráter governamental



Célio Azevedo

**Sérgio Zambiasi** defende cooperação com as assembleias

para a cooperação entre os 23 países ibero-americanos no campo da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura. A sede central e a Secretaria Geral do órgão vinham funcionando em Madri (Espanha).

Para informar de maneira mais rápida o Congresso Nacional sobre os problemas que ocorrem na fronteira do país, a

Comissão do Mercosul do Congresso decidiu também buscar maior entrosamento com as comissões do Mercosul em assembleias legislativas, conforme proposta do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS). Ele citou a decisão do Uruguai de impedir que os turistas uruguaios façam compras no Brasil, medida que fere o protocolo do Mercosul de 1994.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que participou da 21ª Reunião Plenária da comissão conjunta, recomendou aos integrantes do colegiado mais participação nas reuniões do conselho da entidade.

# Guerrilha colombiana atua na Amazônia, diz arcebispo

Religioso aponta o desenvolvimento sustentável como a melhor forma de defesa da região

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) já entraram em território brasileiro com o objetivo de convencer jovens indígenas a participar da guerrilha, denunciou ontem o arcebispo de Manaus, dom Luiz Soares Vieira, em depoimento na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Segundo o arcebispo, no dia em que a guerrilha colombiana

na não tiver mais condições de lutar em seu próprio país, acossada por tropas do governo de Bogotá com apoio de forças norte-americanas, as Farc só terão uma alternativa: entrar em solo brasileiro.

Dom Luiz Vieira acredita que, se sua previsão se concretizar, os Estados Unidos não terão outra saída senão mandar tropas para combater a guerrilha no Brasil. Ele advertiu que a presença de militares norte-americanos na região, a pretexto de lutar contra as Farc, poderá ser a porta para a internacionalização da área.

Para que a perda da Amazônia não se concretize diante do que classificou de cobiça inter-

nacional, o arcebispo pregou o início de uma luta em defesa da área, a começar pelo lançamento de uma campanha com o seguinte slogan: "A Amazônia é nossa, a serviço da Humanidade". Ele afirmou que o Brasil deve saber o que quer da Amazônia, ou seja, deve ter um projeto para a região.

– O Brasil tem o dever de mostrar ao mundo que está preocupado com a Amazônia e quer preservá-la com desenvolvimento sustentável – disse o arcebispo, ao pregar o fortalecimento da região, que poderia ter início pelo povoamento do interior e pela presença do Estado em todos os setores, principalmente no social.



**RISCO** Guerrilheiros tentam cooptar índios, alerta dom Luiz Vieira (E), falando aos senadores da CRE

## Comissão de Educação inclui Santos Dumont no Livro dos Heróis da Pátria

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto de lei de autoria do senador Aelton Freitas (PL-MG) que inscreve o nome do pai da aviação, Alberto Santos Dumont, no Livro dos Heróis da Pátria, permanentemente depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. A proposta, que recebeu parecer favorável do senador João Capiberibe (PSB-AP), deverá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para que seja votada pelo Plenário do Senado.

A aprovação da matéria suscitou homenagens de diversos

senadores, não só pela "feliz iniciativa do autor", mas também pelo reconhecimento da importância das invenções de Santos Dumont. Manifestaram-se nesse sentido os senadores José Jorge (PFL-PE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Almeida Lima (PDT-SE). Aelton agradeceu a homenagem e destacou a importância de Santos Dumont para a Humanidade.

### Ensino médio

A CE aprovou ainda requerimento da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) determinando realização de audiência pública para que seja ouvido o secretário de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação, Antonio Ibañez Ruiz, so-

bre a proposta de reforma no ensino médio. Foi aprovado também, em caráter terminativo, projeto de autoria do senador Sibá Machado (PT-AC) denominando Rodovia Wilson Pinheiro a BR-317. O relator, senador Duciomar Costa (PTB-PA), forneceu parecer favorável e destacou que Wilson Pinheiro foi um importante líder de trabalhadores rurais do Acre, assassinado em 1980.

Foram rejeitados pela CE dois projetos do ex-senador Carlos Bezerra. Um deles, com parecer contrário do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), indicava o tuiuiú como ave símbolo do Brasil. O outro, com parecer contrário da sena-



**CAUSAS HISTÓRICAS** Para os membros da CRE, as dificuldades da Amazônia são resultado da falta de políticas concretas e integradas

## Risco de internacionalização gera debate entre senadores

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou ontem, em audiência pública promovida pela CRE, que "não existe o menor perigo de internacionalização da Amazônia". Na sua opinião, a idéia é "absolutamente esdrúxula" e não encontra respaldo no Direito Internacional.

Para Jefferson, o futuro da Amazônia "está nas mãos dos brasileiros". Por isso, solicitou a criação de um projeto nacional para a região, como forma de garantir pleno desenvolvimento local, com inclusão social.

Durante o debate, João Capiberibe (PSB-AP) reconheceu que a "negligência histórica" dos governantes brasileiros com relação à Amazônia "pode limitar a soberania do Brasil em toda a região". Ele também defendeu uma política integrada e sustentável para a Amazônia. O mesmo pensamento externou o senador Marcelo Crivella

(PL-RJ), ao informar que o estado do Amapá recebeu, no ano passado, apenas R\$ 6 milhões, por meio das chamadas transferências voluntárias. "Isso é muito pouco", advertiu.

Pedro Simon (PMDB-RS), que junto com Arthur Virgílio (PSDB-AM) foi autor do requerimento que resultou na realização da audiência pública, defendeu a criação do Ministério da Amazônia, destinado a preservar a região e encontrar saídas concretas para que ela encontre o caminho do crescimento sustentável.

Arthur Virgílio pregou o que chamou de "jogo duro contra a biopirataria". Já Gilberto Messtrinho (PMDB-AM) pediu a implementação de políticas raciais para a região. O senador Augusto Botelho (PDT-RR), por sua vez, defendeu agilização na definição das terras indígenas em Roraima.



**AUDIÊNCIA PÚBLICA** CE também aprovou requerimento para realização de debate sobre proposta de reforma no ensino médio

dora Ideli Salvatti (PT-SC), modificaria as normas de elaboração de editais dos processos de seleção para cursos de ensino superior.

Foram retirados de pauta a pedido do relator, José Jorge, dois projetos que tratam da Política Nacional de Livros. As

matérias deverão ser examinadas na próxima reunião da comissão, no segundo semestre. Ao final da reunião, Osmar Dias (PDT-PR) agradeceu a presença dos senadores às reuniões da CE e disse esperar que no próximo semestre seja possível manter a mesma assiduidade.

## Lúcia Vânia diz que FHC acertou na área social

Roosevelt Pinheiro



**Lúcia Vânia:** governo estava no caminho certo

O conhecimento adquirido na área social durante os oito anos da gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso não pode ser rejeitado pela equipe do governo Lula da Silva, mas sim aperfeiçoado,

disse a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

– Políticas sociais continuamente reinventadas custam caro ao Estado e não contribuem para reduzir desigualdades. Ao contrário, provocam a frustração e tiram a esperança dos que mais precisam – afirmou a senadora.

Lúcia Vânia entende que a demora em adotar “a guinada na política social” prometida pelo Ministério da Assistência e Promoção Social mostra que as ações do governo passado estavam no caminho certo.

## Valmir Amaral critica excesso de multas

José Cruz



**Valmir Amaral:** falta gerenciamento mais criterioso

A chamada “indústria das multas de trânsito” foi criticada pelo senador Valmir Amaral (PMDB-DF). Ele considerou as multas cobradas dos motoristas como um imposto direto, e disse que eles

estariam sendo “extorquidos” pela fiscalização eletrônica de velocidade. Na opinião do parlamentar, as autoridades precisam estabelecer um sistema de gerenciamento mais criterioso sobre os chamados pardais. Conforme o senador, as multas de trânsito viraram receita líquida para os estados e municípios e é por essa razão que as autoridades locais não têm interesse em informar a população sobre as normas vigentes. Assim, acrescentou, o número de penalidades aumenta de maneira injusta e as pessoas são obrigadas a pagá-las.

# Saída para doente mental é tratamento comunitário

**Durante audiência pública na CAS, especialistas afirmam que novo modelo deve ser implantado logo**

Na audiência pública sobre o tema “Saúde Mental: Desafios no Governo, no Congresso e na Sociedade”, realizada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), especialistas defenderam o sistema comunitário de tratamento dos portadores de distúrbios mentais, ressaltando a importância de implementação mais rápida do modelo que prevê a inclusão do paciente na sociedade, huma-

nizando o atendimento e eliminando os preconceitos.

O professor Ileno Izídio da Costa, secretário da Associação Brasileira para o Avanço Conjunto da Filosofia, Psicopatologia e Psicoterapia, pediu a rápida regulamentação da Lei de Saúde Mental (Lei 10.216), debatida com a sociedade e com profissionais como psiquiatra, psicólogo, assistente social e terapeuta ocupacional.

A especialista em educação especial Ângela Gomes defendeu a adoção de medidas preventivas contra o surgimento de doenças, ou que impeçam que elas se tornem crônicas, e ainda a detecção precoce das doenças, inclusive as de causas

orgânicas e as geradas pelo uso de drogas e pelo alcoolismo.

O coordenador-adjunto de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Alfredo Schechtman, registrou que apenas 2,3% dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) são usados na área, enquanto a Organização Mundial de Saúde (OMS) sugere um percentual de 5%.

Schechtman afirmou que há crescimento do quadro de distúrbios psíquicos, especialmente aqueles ligados à violência urbana, ao desemprego e às drogas. Ele disse que não é possível dar assistência à população apenas com atendimento especializado. Há necessidade do suporte da comunidade.



**AUDIÊNCIA** Ângela Gomes (E) e os senadores Papaléo Paes, Lúcia Vânia e Flávio Arns debatem na CAS

## Senadores defendem mais investimentos

Autor do requerimento de realização da audiência pública, o senador Flávio Arns (PT-PR) afirmou que o momento atual é vital para que a Lei da Saúde Mental seja bem implementada e regulamentada. Para ele, são necessários mais investimentos para que estados e municípios possam atender maior número de pessoas.

Vice-presidente da CAS, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) ponderou que o objetivo da reintegração do doente mental é dificultado pelas más condições socioeconômicas da família. Por isso, ele acredita que o desafio de dar amparo à saúde mental é um esforço de todo o governo e não apenas do Ministério da Saúde. “A saúde mental é fundamental para que tenhamos um povo saudável e bem assistido”, frisou.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu a capaci-

tação dos profissionais do Programa de Saúde da Família para lidar com pessoas com distúrbios mentais. Uma alternativa, disse, seria ter um especialista em um percentual definido de equipes que possam dar assistência às demais.

As dificuldades enfrentadas pelo psiquiatra para desempenhar a profissão foram abordadas pelo senador Mão Santa (PMDB-PI). O diagnóstico, disse, não dispõe de mecanismos precisos como em outras especialidades e, além disso, são poucos os recursos humanos para essa área no Brasil. Ele defendeu o programa que prevê a concessão de um salário mínimo à família que cuidar, em sua residência, de parente com distúrbios mentais.

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) se mostrou preocupada com a falta de recursos para expansão do modelo que

prevê a implantação de centros de assistência psicossocial (CAPs). Mas o coordenador-adjunto de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Alfredo Schechtman, afirmou que, com os recursos previstos, é possível assegurar a expansão.

A senadora se disse sensibilizada pelo depoimento da usuária do sistema de saúde mental Gismair Ana de Castro. “Ela trouxe a força das palavras de uma usuária que sentiu na pele o problema da doença e do tratamento”, afirmou.

Para a presidente da CAS, Lúcia Vânia (PSDB-GO), a audiência procurou destacar a melhor maneira de se fazer cumprir a lei, com a sensibilidade que o tema exige. Ela disse que a legislação acertou ao dar prioridade aos direitos do paciente, fortalecer os recursos ambulatoriais e comunitários e acabar gradativamente com os asilos.



**RISCO** Médico, Tião Viana diz no requerimento que a obesidade ameaça as crianças brasileiras

## CAS debaterá propaganda de alimentos

Ao aprovar requerimento dos senadores Tião Viana (PT-AC) e José Agripino (PFL-RN), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) decidiu ontem realizar duas audiências públicas, em data a ser marcada, para debater a influência da propaganda de alimentos no aumento da obesidade no país e instruir o projeto de lei que restringe a publicidade de comida.

No requerimento, os senadores lembram que a obesidade pode causar hipertensão arterial, diabetes, dislipidemia, alterações ósseas e musculares e câncer. Os autores reclamam da falta de regulamentação sobre propaganda, argumentando que 10% das crianças brasileiras são consideradas obesas e, ainda assim, o público infantil é o alvo preferencial das propagandas, por ser mais receptivo que o adulto.

Deverão comparecer representantes da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade, Organização Pan-Americana da Saúde, Ministério da Saúde, Sociedade Brasileira de Endocrinologia, Sociedade Brasileira de Clínica Médica, Fundação Interamericana do Coração, Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação, Associação Brasileira de Anunciantes, Associação Brasileira de Agências de Propaganda, Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária e das associações de jornais, revistas e emissoras de rádio e TV.

Por outro requerimento aprovado pela CAS, do senador Delcídio Amaral (PT-MS), o projeto que regulamenta as atividades dos profissionais de ioga foi enviado à análise da CCJ, para discussão da constitucionalidade. A CAS também já aprovou requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) para a realização de audiência pública sobre o assunto.

## Sarney recebe cineasta Andrucha Waddington

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu a visita, na manhã de ontem, do cineasta Andrucha Waddington, diretor do filme *Eu, Tu, Eles*. Andrucha apresentou ao senador projeto de seu futuro longa-metragem, *A Casa de Areia*. A produção, que será rodada no Maranhão, especialmente na região dos Lençóis Maranhenses,

começará a ser gravada em um ano e ficará pronta, de acordo com Andrucha, daqui a dois anos.

Conforme a sinopse entregue ao presidente do Senado, o filme contará com a atuação das atrizes Fernanda Montenegro e Fernanda Torres. O diretor também pediu que o senador defenda a idéia

do filme junto ao governo do Maranhão, inclusive para que a equipe receba apoio logístico no estado.

Andrucha elogiou a sensibilidade do presidente José Sarney com a área cultural e informou que o longa já conta com boa parte do investimento necessário para sua realização.



Jane de Araújo



Roosevelt Pinheiro

**ABUSO DE AUTORIDADE** Iris disse que Sebastião Divino foi torturado na delegacia

## Iris pede ação contra tortura e morte de preso

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) cobrou do governador de Goiás, Marconi Perillo, a responsabilidade pela morte de Sebastião Divino Alves da Rocha, preso sob suspeita de roubo e torturado até a morte por se negar a confessar um crime que não havia cometido. Ela informou que, oito meses após a morte, a Corregedoria da Polícia Civil do estado concluiu que a prisão foi ilegal e confirmou a prática de tortura na delegacia.

– E o pior: Sebastião foi retirado da cela por um policial que estava acompanhado por um funcionário da prefeitura de São Simão. O que fazia ali esse funcionário? E onde estava o delegado? – indagou.

Mesmo que Sebastião Divino fosse culpado, destacou, como estava sob a guarda do Estado, ele teria que ter sua vida preservada. Por entender que “o estado de Goiás merece uma política de segurança à altura de sua população”, Iris defendeu maior fiscalização da atividade policial e mais rigor na contratação desses servidores.

– Um homem que pratica a covardia de torturar um preso algemado certamente já terá cometido outros crimes. Se, na sua contratação, for ouvido por um psicólogo, certamente mostrará que não é apto para a função – afirmou.

## CPI do Banestado deverá ter código de conduta

■ Segundo Antero Paes de Barros, objetivo é evitar o vazamento de informações sigilosas em poder da comissão

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Congresso Nacional que investiga a remessa ilegal de recursos para o exterior deverá ter um código de conduta para evitar o vazamento de informações sigilosas. A proposta é do presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que tem a intenção de resguardar documentos protegidos pelo segredo de justiça.

– Nós requisitaremos todos os documentos que se encon-



Gerardo Magalhães

**CUIDADO** Antero, presidente da CPI, afirma que não se pode “atingir a honra de pessoas honestas”

tram em poder de autoridades brasileiras para que possamos delimitar o espaço para o se-

guimento das investigações. A primeira preocupação da CPI é não atingir a honra de pessoas honestas, que tenham atuado de forma legal. A segunda é não permitir a impunidade. Outra preocupação é propor uma legislação mais eficiente para evitar fraude no envio de dinheiro.

As regras foram definidas ontem em reunião entre Antero, o vice-presidente da comissão, deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ), e o relator, deputado José Mentor (PT-SP). A comissão tem 120 dias para apresentar suas conclusões sobre a remessa ilegal de cerca de US\$ 30 bilhões para o exterior por meio de contas CC-5.

## CPI mostrará a verdade, diz Bornhausen

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) disse ontem confiar que a comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Congresso encarregada de investigar remessas ilegais de divisas para o exterior por meio de contas CC-5, principalmente da agência do Banestado em Nova York, impedirá que seu nome seja envolvido no caso.

– Apresentei documentos que rechaçam todas as calúnias e estou confiante de que a CPI irá impedir a continuidade de qualquer tentativa de envolvimento do meu nome – afirmou Jorge Bornhausen à Agência Senado.

O senador informou que, para defender sua honra, ingressou no dia 18 deste mês, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com pedido de explicações ao procurador Luiz Francisco de Souza. Para Bornhausen, o procurador deu declara-



Roosevelt Pinheiro

**HONRA** Jorge Bornhausen informou que pediu explicações ao procurador que o acusou

ções de forma “irresponsável, cometendo criminosos abusos de poder e fazendo acusações falsas”.

– Espero que a CPI impeça novas agressões à minha honra, que os responsáveis pelos crimes contra mim cometidos

sejam devidamente identificados e apontados à Justiça para a devida punição, conforme a lei – afirmou.

### Documentos

As certidões, ofícios e demais documentos – em um total de oito textos – entregues à comissão parlamentar de inquérito, observou o senador, apontam a inexistência de registro em seu nome de remessa ou recebimento de valores por meio das contas CC-5, destinadas a empresas com sede no exterior e a brasileiros residentes em outros países.

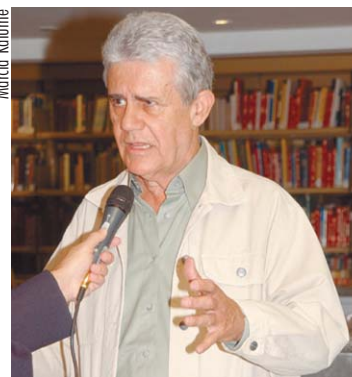
Entre os documentos apresentados por Bornhausen à CPI constam ofícios do Banco do Brasil e do Banco Central, expedientes do Banco Araucária e do Banestado, certidão da Diretoria de Assuntos Internacionais do Banco Central e certidão da Procuradoria Geral da República.

## Mudanças na Ciência da Informação

O professor Antônio Miranda, chefe do Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB), lançou ontem, na Biblioteca do Senado Federal, o livro *Ciência da Informação – Teoria e Metodologia de uma Área em Expansão*. Organizada pela professora Elmira Simeão, a obra traz artigos, conferências e ensaios de Antônio Miranda sobre as mudanças teóricas e metodológicas da Ciência da Informação.

Na primeira parte do livro, são analisados os problemas culturais, políticos e econômicos da informatização no Brasil e os desafios mundiais diante da sociedade da informação. Na segunda seção, há uma síntese sobre os temas abordados em pesquisa atuais. E, na última, os modelos e metodologias da Ciência da Informação são confrontados sob um novo enfoque, o da metametodologia. Na conclusão do livro, é feita uma análise simples e precisa sobre o ciclo de interação entre tecnologia e registro do conhecimento.

*Ciência da Informação – Teoria e Metodologia de uma Área em Expansão* foi editado pela Thesaurus Editora. A obra, de 214 páginas, está sendo vendida a R\$ 25.



Márcia Kolome

**PESQUISA** Livro com artigos de Antônio Miranda foi lançado ontem na Biblioteca do Senado